O gênero radiojornalismo e a construção seletiva do conhecimento social: enquadramentos e a organização da informação[1]

Karoline Maria Fernandes da Costa e SILVA[2]
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Tomando como *corpus* o programa *Quem Tem Razão*, veiculado aos sábados no programa Supermanhã, da Rádio Jornal do Recife, busca-se neste artigo uma aproximação em torno da discussão sobre gêneros jornalísticos no ambiente do rádio, sob a perspectiva das teorias do jornalismo e do papel do radiojornalismo na construção social da realidade. A proposta também é promover reflexões críticas em torno do *newsmaking* neste veículo e suscitar o debate em torno do conceito de notícia, reconhecendo o gênero radiojornalístico enquanto categoria de sistema de referência que se modifica e evolui constantemente.

PALAVRAS-CHAVE: radiojornalismo; gêneros radiofônicos; Teoria do jornalismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de um estudo em andamento, cujo objetivo é refletir sobre os gêneros radiofônicos praticados no radiojornalismo pernambucano, sob a luz das teorias do jornalismo e do construtivismo social, tomando como estudo de caso o quadro *Quem Tem Razão*, veiculado dentro do programa Supermanhã, que vai ao ar aos sábados na Rádio Jornal de Recife AM 780. A Pesquisa está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação do professor Dr. Heitor Costa Lima Rocha. O veículo em questão é o de maior audiência em Pernambuco entre as AMs, obtendo, segundo dados do Ibope, 43% da audiência na Região Metropolitana do Recife, com média de 69 mil ouvintes por minuto e cerca de 150 mil no horário de maior audiência, entre as 7h e 8h. No atual cenário, a emissora, que completou em 4 de julho de 2013, 65 anos de fundação, busca se adaptar aos avanços tecnológicos, com relação aos novos gêneros possíveis, bem como novas formas de interação, de linguagem e de fruição, principalmente a partir da plataforma web. O presente

[1] Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), email: karoline.fernandes@gmail.com.

estudo tentar identificar os impactos deste "fazer jornalístico" a partir dos gêneros radiofônicos utilizados na programação, e, consequentemente, identificar como esta dinâmica influencia nas práticas do radiojornalismo atual.

A análise em torno dos gêneros tem se tornado cada vez mais popular, segundo assinala Bhatia (1997) *apud* Prata (2009). O autor destaca que esse estudo não se restringe mais a um pequeno grupo de pesquisadores, mas tem se tornado muito mais amplo do que jamais foi imaginado. No entanto, seu debate com relação à prática jornalística não é novo entre os estudiosos brasileiros. O jornalista pernambucano Luiz Beltrão lançou olhares nos gêneros jornalísticos, que foram posteriormente aprofundados por José Marques de Melo, em sua obra *Para uma Leitura Crítica da Comunicação.* Publicada em 1985, a obra analisa a questão do gênero nas origens do jornalismo brasileiro. Para Marques de Melo, o paradigma no país nutre-se de um "modelo (português) determinado por influências francesas e britânicas". O autor chama a atenção que o maior impacto que o jornalismo brasileiro recebeu foi do padrão americano. E como seria este padrão? O referido pesquisador observa aspectos peculiares no veículo impresso, com relação aos gêneros opinativos, crônica, resenha, editorial, caricatura e carta:

> No que se refere particularmente aos gêneros opinativos, detectamos algumas especificidades. Distanciando-se do jornalismo norte-americano, e em certo sentido também do jornalismo italiano, alemão e espanhol, o comentário, a coluna e a crônica são gêneros que assumem feição eminentemente opinativa, explicitando juízos de valor, buscando influenciar o público a que se dirigem. (...) É provável que muitas características não correspondam à riqueza dos traços que delineiam a prática cotidiana do jornalismo regional ou local. É factível que inúmeras particularidades reflitam a natureza do jornalismo impresso e não encontrem equivalências no jornalismo eletrônico. Tudo isso pode ocorrer. Trata-se de uma contingência inevitável no trabalho científico. (MELO, 2006, p.70:71).

Para o pesquisador, "não obstante a identificação dos gêneros constitua uma tarefa a que se tem dedicado os pesquisadores acadêmicos, na verdade a questão tem origem na práxis". Com relação à produção acadêmica em torno dos gêneros dentro do rádio, observa-se que a literatura atual ainda é confusa e escassa, além de muito próxima das classificações de autores que analisam o jornalismo impresso e televisivo. Em contraponto, o rádio, aos seus 91 anos de existência, se configura como um veículo de grande penetração no Brasil, de baixo custo e de poderoso alcance, não perdendo espaço para a TV aberta, TV por

assinatura ou Internet, conforme apontou, em artigo, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slavierro[3]:

> Hoje, o rádio está presente em nove de cada dez domicílios. Todavia, não foram poucas as vezes que se anunciou a morte do rádio, com a chegada da televisão aberta, da TV por assinatura e da internet. Mas o rádio provou sua força, soube se adaptar e valorizar atributos como instantaneidade, interatividade, mobilidade e a proximidade com o cidadão. Eis seu grande diferencial: um conteúdo de qualidade produzido com credibilidade. O rádio ganhou aliados para expandir seu alcance, como o telefone celular, o iPod, o MP4 e o tablet. Das pessoas entre 12 e 75 anos, 8%, ou 4,2 milhões, escutaram rádio pela internet no último mês. O percentual vai a 11% entre jovens de 12 a 24 anos. Se, de um lado, a popularização da internet e das novas mídias amplia a concorrência, de outro temos certeza de que permitem que o rádio vá mais longe, conquiste mais ouvintes, atraia novos anunciantes.

Apontamentos como estes, sobre a realidade do rádio, exigem do mundo acadêmico, em particular, dos pesquisadores, um olhar mais sensível e atento, e maiores investigações sobre o radiojornalismo, noticiário e gêneros radiofônicos, haja vista contribuírem para a construção da realidade social brasileira. (BERGER; LUCKMANN, 1995). O rádio espreita pesquisadores e estudiosos a repensá-los. A trilha deste trabalho tenta traçar as características da linguagem radiojornalística e suas classificações de formatos, por meio da identificação de gêneros, inseridos nas tipologias do rádio brasileiro, com recorte no rádio pernambucano.

Gêneros radiofônicos: algumas classificações

Basta ouvir a programação das rádios para tentar compreender o quanto a perspectiva dos gêneros é importante no estudo dessa mídia. Uma abordagem mais empírica dos gêneros tende a tratá-los como "categorias" que norteiam a própria relação do veículo com a audiência; como "categorias" a partir das quais se decide o que se quer consumir no rádio e até o controle institucional da programação. Tratar de gêneros radiofônicos, nesse tipo de abordagem, limita-se a tratar de classificações orientadas geralmente pelo conteúdo, que nos permitam identificar certos tipos de programas antes ou enquanto entramos em contato com eles.

Na produção teórica acerca do rádio, autores de maior destaque dão ênfase a manuais voltados para consulta de estudantes (BARBEIRO & LIMA:2003;

[3] SLAVIERRO, Daniel Pimentel. Os 90 anos do rádio Brasileiro. Publicado na seção Opinião, do Jornal Folha de São Paulo, em 25 de setembro de 2012. Disponível em http://www.abert.org.br/site/index.php?/biblioteca/artigos-abert/os-90-anos-do-radio-brasileiro.html. Acesso em: 12 de dez de 2012.

PARADA:2000; CÉSAR: 2009); os manuais da própria emissora, elaborados pelos próprios profissionais (TAVARES: 2011); ou obras teóricas que, em geral, se propõem a buscar um resgate histórico e comparativo do veículo rádio (PRATA: 2011; MEDITSCH; ZUCULOTO: 2008) apenas para citar os trabalhos de maior destaque. Especificamente sobre gêneros radiofônicos, André Barbosa Filho desenvolveu amplo estudo. Para ele, falar em gêneros implica, invariavelmente, incursões nos debates que o tema suscitou ao longo da história. A literatura, a comunicação social (principalmente o jornalismo e o rádio), a arquitetura utilizam o termo gênero para definir tipologias específicas. Sua discussão na literatura é extensa e se presta às mais variadas interpretações. Entre as conceituações as quais Barbosa Filho se debruça, a de Mauro Wolf tende a se adequar ao objetivo deste artigo:

> Pode-se dizer que o gênero produz um sentido que interfere diretamente no conteúdo da matéria jornalística por meio de sua forma genérica de narrar o texto, é ele que possibilita ao "redator,ao repórter e ao editor uma linguagem comum, uma forma expressiva, linguística e não-linguística, de se comunicar". Funciona como instrumento de criação na produção profissional e industrializada da informação ao fornecer pautas precisas, que possibilitam a decodificação da informação pelo leitor. Enfim, os gêneros "´[...] se entendem como sistemas de regras aos quais se faz referências (implícita ou explícita) para realizar processos comunicativos, seja do ponto de vista da produção ou da recepção". (BARBOSA FILHO *apud* WOLF, 2003, p. 58 -59).

Nesta obra, Barbosa Filho admite no rádio sete gêneros: jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e, por fim, gênero especial. Apesar da contribuição científica para a área, o autor não faz uma aproximação empírica, no sentido de encontrar e sistematizar a ocorrência dos gêneros e formatos no rádio brasileiro. Considerando apenas o gênero jornalístico, Barbosa Filho classifica as seguintes modalidades, conforme resume a pesquisadora Janine Marques[4]:

> 1) nota (informe sintético de um fato atual, nem sempre inconcluso); 2) notícia (modulo básico da informação); 3) boletim (pequeno programa informativo, com, no máximo, cinco minutos de duração, distribuído ao longo da programação e constituído por notas e notícias e, às vezes, por pequenas entrevistas e reportagens); 4) reportagem (amplia o caráter minimalista do jornalismo narrado); 5) entrevista (uma das principais fontes de coleta de informação, está presente direta ou indiretamente, na maioria das matérias jornalísticas), 6) comentário (cria ritmo e amplia o cenário sonoro do receptor, visto que propicia a presença de diferentes

[4] LUCHT P. J. Marques. Gêneros jornalísticos no Rádio. Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3205-1.pdf. Acesso em : 23 de dez de 2012.

> vozes na programação), 7) editorial (é o anúncio de opinião não-personalizada e retrata o ponto de vista da instituição radiofônica), 8) crônica (tem relação direta com a atualidade e ligação com uma circunstância favorável. Transita entre a fronteira entre jornalismo e literatura), 9) radiojornal (congrega e produz outros formatos jornalísticos, como as notas, notícias, reportagens, comentários e crônicas) 10) documentário jornalístico, 11) mesas-redondas ou debates (são espaços de discussão coletiva em que os participantes apresentam ideias diferenciadas entre si), 12) programa policial (tem como objetivo cobrir os acontecimentos e fatos policiais, por meio de reportagens, entrevistas, comentários e notícias), 13) programa esportivo (é a divulgação, cobertura e análise dos eventos esportivos. Veiculado no formato de notícias, comentários, reportagens, entrevistas, mesas-redondas), e 14) divulgação técnico-científica (tem a função de divulgar e, conseqüentemente, informar a sociedade sobre o mundo da ciência, com roteiros apropriados e linguagem que seja acessível à maioria da população).

Das pesquisas em televisão, Yvana Fechine[5] recorre a Arlindo Machado para destacar que, nas últimas décadas, a própria ideia de gênero tenha sido "veementemente questionada pela crítica estruturalista e por grande parte dos pensadores ditos pós-modernos". Fechine anota que o gênero é um conceito chave para a compreensão dos textos nos meios de comunicação de massa, nos quais um determinado texto dificilmente pode ser analisado de modo isolado.

Tomando como parâmetros estas poucas definições em torno do gênero no contexto dos veículos de comunicação, pode-se concluir que eles cumprem pelo menos três funções básicas, entre as quais, o fato de serem formas de representação da realidade, e de servirem como sistemas de referências, que mudam e evoluem constantemente. Os gêneros também seriam ferramentas para o trabalho dos jornalistas e instrumentos úteis da pedagogia do exercício profissional. Por último, os gêneros também cumprem a função de atuarem como modelos de enunciação, ou seja, fornecem um conhecimento que permite superar ou modificar os esquemas tradicionais.

O jornalismo e a representação da realidade

Os próprios meios de comunicação se apresentam como os transmissores da realidade social. A atualidade, o acontecer social cotidiano é transmitido através de notícias – estas, esquematizadas a partir de critérios de noticiabilidade - isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham, conforme sublinha Traquina:

[5] FECHINE, Yvana. Gêneros Televisuais: a dinâmica dos formatos. Publicado em: Revista Symposium – Ciências, Humanidade e Letras . Ano 5, N.1, janeiro-junho/2001, Recife (PE):
FASA/ Universidade Católica de Pernambuco. ISSN 0039-7695. Páginas 14-26.

> Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia, que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável , por isso, possuindo "valor-notícia". (TRAQUINA, 2004, p.96).

Alsina anota que a construção da notícia é um processo de três fases: produção, circulação e consumo. Dentro da perspectiva da construção social da realidade, o autor concebe a construção da notícia como algo "especial pertencente à realidade: é a realidade simbólica, pública e quotidiana". Desse ponto de vista, Rodrigo Alsina reconhece que os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade social. No entanto, conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, as tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia. Com relação à produção da notícia, o autor elenca os elementos que parecem fundamentais, entre eles, as fontes de informação, que desempenham um papel principal à geração da notícia.

> [...] Por isso, precisamos deixar bem claro que a construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e conhecimento. Vejamos a atividade jornalística como ela é, uma manifestação socialmente reconhecida e partilhada. Inclusive durante a história já se produziram variações na produção jornalística que o consumidor vai conhecendo. [...] Portanto, essa relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido. Os jornalistas tem a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social. (ALSINA, 2009, p. 47).

O gênero jornalístico no rádio

Nos anos de 1940, as emissoras conectadas com os grandes jornais começam a despontar. Os veículos impressos não chegam a sofrer grandes impactos porque a receptividade à prática da publicidade através dos meios periódicos ainda era insipiente e pouco aceita até a década anterior. Quando o rádio se constituiu em competidor nas inserções publicitárias, as empresas jornalísticas passaram a encarar a possibilidade da integração e diversificação, adquirindo emissoras. "Deve-se talvez a essa nova camada, incorpada ao contexto empresarial, investida profissionalizante o rádio-jornalismo" (FEDERICO, 1982). O sistema de propriedade vigente da fase anterior, ou seja, associações e agremiações em rádio-sociedades e rádio-lubes, passa, por força dos condicionantes

econômicos e políticos, a ter uma feição empresarial, çevada a efeito por empresários e políticos, mormente ligados ao jornalismo. Apesar de o jornalismo de rádio ter sido construído entre os anos de 1930 e 1940, autor do livro Jornalismo de Rádio, Milton Jung, chama a atenção para a sua origem no chamado "método Roquette-Pinto":

> Em 1923, quando Roquette-Pinto selecionava as notícias com lápis vermelho,o rádio não tinha programação estabelecida, era feito de forma amadora. Apesar das transmissões esporádicas, a Rádio Sociedade do Rio de Janeito foi a primeira a atuar com regularidade, graças ao Governo Federal, que emprestou os transmissores da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. O pioneirismo justificava o "método Roquette-Pinto". (JUNG, 2005, p.20).

Na década de 1950, o rádio sofre impacto importante, com o surgimento da televisão. Artistas, programas e verbas transferiram-se paulatinamente para o recém-chegado veículo eletrônico, Embora isso tenha representado o fim de uma era de ouro para o rádio de espetáculo, o jornalismo foi beneficiado e passou a viver um de seus períodos mais férteis. Isso porque, em busca de uma a saída para o marasmo que tomou conta do veículo – sem as orquestras, cantores e estrelas o rádio se transformou num vitrolão – o jornalismo passou a ser encarado como uma possibilidade de reerguimento. Com a chegada da TV, o rádio foi se recuperar anos depois com a estruturação de novas emissoras construídas com base no tripé jornalismo, esporte e entretenimento. Surge então a figura do repórter na rua, a acompanhar os fatos e reproduzir ao ouvinte o que acontece naquele exato momento, foi a estratégia usada pelas emissoras de rádio para recuperar o prestígio e competir com a televisão, que ocupou o lugar do rádio na sala das casas.

O gênero jornalístico no rádio e o programa *Quem Tem Razão*

A partir de uma avaliação empírica, este estudo tem como objetivo discutir, a partir da análise do quadro *Quem Tem Razão*, veiculado no programa Supermanhã, nos sábados da Rádio Jornal, o rigor técnico na prática jornalística e como se dá a construção da realidade em notícias dentro do papel social da informação em uma democracia. Para tanto, toma-se como pilar, a conceituação de Traquina sobre uma visão mais global do jornalismo na democracia, que aponta para três vertentes fundamentais do seu desenvolvimento: 1. Sua expansão, que começou no século XIX com a expansão da imprensa, e explodiu no século XX com a expansão dos novos meios de comunicação social, como o rádio e a televisão, e

abre novas fronteiras com o jornalismo *on-line*, 2. Sua comercialização, que teve verdadeiramente início no século XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação, ou melhor dito, a notícia. 3. Concomitantemente, o polo econômico do campo jornalístico está em fase da emergência do polo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma definição das notícias e função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia. (TRAQUINA, 2005 p.33). Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (1984) aponta que o jornalismo é reconhecido como a instituição, por excelência, da opinião pública. Tomando como base os conceitos acima destacados, é pertinente enunciar, neste trabalho, a definição básica do radiojornalismo: informar para formar. "Em termos de Brasil, é inestimável o papel que o radiojornalismo vem desempenhando ao logo dos seus quase quarenta anos de existência"[6]. Neste mesmo artigo, extraído da coletânea de publicações Teorias do Rádio, organizada por Medistich e Zuculoto (2008), Walter Sampaio conclui que:

> O Rádio e a Televisão, dirigindo-se ao grande público, embora informando para formar, em relação ao jornal impresso, satisfazem às necessidades mínimas de um público receptor heterogêneo, que só pode receber uma mensagem tipo denominador comum. Isso implica, entretanto, eliminar jornalismo interpretativo. (SAMPAIO *apud* MEDISTCH; ZUCULOTO, 2008, p. 38).

Para chegar a uma visão esquemática primária do quadro *Quem Tem Razão*, foram analisadas todas as três edições veiculadas no mês de janeiro de 2013, mais precisamente, nos dias (5, 13 e 26). O quadro apresenta a seguinte formatação: em aproximadamente 40 minutos, incluindo os intervalos comerciais, um tema que está na agenda pública dos veículos de comunicação pode servir como pauta para um debate (ou mesa-redonda, nos termos de Barbosa Filho), cujos integrantes são os jornalistas que estão na própria redação do jornal. Após a escolha do assunto, cada participante expõe suas opiniões pessoais acerca do tema. Em seguida o debate é aberto para que os ouvintes opinem e interajam na programação. A conversa é intermediada pelo locutor.

Na primeira edição (05.01), o comunicador André Luiz Cabral propõe um debate sobre as movimentações políticas dos estudantes, que promoveram passeatas em corredores viários importantes da Capital pernambucana, contra o aumento de 5% nas passagens de ônibus na Região Metropolitana do Recife, aprovado na ocasião. O locutor argumentou que

[6] Texto editado por Luciene do Valle a partir dos capítulos escritos sobre radiojornalismo no livro Jornalismo Audiovisual – Teoria e Prática do Jornalismo no Rádio, TV e Cinema de autoria do jornalista Walter Sampaio (João Walter Sampaio Smolka) em 1971.

os protestos da classe estudantil seriam "prejudiciais ao trânsito na cidade", além de incapazes de promover uma mudança por parte do poder público. Os três jornalistas presentes foram instados a argumentarem contra ou a favor desta opinião. Já no dia 12.01, o comunicador da ocasião, Aroldo Costa, traz à tona um caso inusitado: Maria da Glória, uma mulher de 51 anos, gerava gêmeos, a partir de material biológico fornecido por Fernanda, filha dela. O casal não podia ter filhos e optaram pela "*fertilização in vitro*". A discussão girou em torno da aceitação dessa atitude: é correto esse tipo de conduta? Aspectos jurídicos e éticos são levantados no decorrer do debate. No programa do dia (26.01), o tema elencado foi um estudo divulgado por pesquisadores norte-americanos, dando conta que o casamento pode contribuir para a longevidade.

Em face das três edições analisadas, questiona-se o os *valores-notícia* utilizados no formato do Quem Tem Razão. Pela própria ideologia do jornalismo, entre as exigências profissionais mais importantes estão: a preservação da objetividade e da imparcialidade. As notícias dos *media* estão, no jornalismo moderno, orientadas a partir destes binômios, com afirmações "objetivas" e "autorizadas" de fontes "dignas de crédito".

> (...) Isto significa o recurso constante a representantes dignos de crédito de instituições sociais importantes – membros de parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais, etc. Tais representantes industriais são "dignos de crédito" devido ao seu poder e posição institucionais, mas também ao seu estatuto de "representante": ou representam "as pessoas" (membros do parlamento, ministros, etc). ou grupos de interesses organizados (...). Uma última "fonte acreditada" é o perito: a sua atividade – a busca desinteressada do conhecimento - não a sua posição de representação, abona em favor da "objetividade" e "autoridade". Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media* e que se desenvolvem a partir do anseio de maior neutralidade profissional servem também para orientar poderosamente os media nas "definições da realidade social" que as suas "fontes acreditadas" – ou "porta-vozes" institucionais – fornecem. (HALL; CHRITCHER. JEFFERSON. CLARKE, ROBERTS, *in* TRAQUINA, 1999, p. 229).

Nota-se que o formato do debate proposto em *Quem Tem Razão* furta-se das regras ideológicas profissionais jornalísticas supracitadas, e, portanto, não orientam poderosamente o rádio nas "definições de realidade social" que as fontes creditadas (no caso, os jornalistas da redação) deveriam oferecer. A noção de credibilidade, que norteia um dos princípios jornalísticos nas democracias, perde espaço para opiniões genéricas. As definições dos argumentos veiculados nas edições não acontecem com "porta-vozes"

especializados nos assuntos sugeridos no programa. A formação da opinião pública, neste quadro, se apresenta seriamente ameaçada por argumentos nem sempre embasados e de visões plurais, politizadas, na medida em que os jornalistas participantes nem sempre são especializados nos assuntos. Os principais atores que participam do debate acabam por fragmentar a construção social da realidade, principalmente pela falta de normativa, de método e rigor jornalístico, Um debate promovido sem o mínimo de critérios profissionais atinge os princípios do jornalismo moderno no rádio, dentro da democracia brasileira.

A carência de fontes fidedignas pode indicar que a emissora em questão proporciona à audiência um baixo nível cultural ou de comprometimento social. A identidade do radiojornalismo local na atualidade assume, pouco a pouco, feições monopolísticas, em detrimento da informação politizada, que forme uma consciência crítica ao cidadão. As próprias técnicas profissionais na elaboração do texto de rádio potencializam a redução da informação a um único viés ou ponto de vista. Autor do livro Rádio: 24 horas de Jornalismo, Marcelo Parada, orienta que o profissional de rádio precisa ter objetividade: "o rádio exige de quem escreve a objetividade, a economia de palavras e o encadeamento claro e simples das ideias". (PARADA, 2000, p.49).

A "doutrina" da objetividade, conceito que, originalmente criado pelo jornalismo inglês, correspondia à verdade absoluta, adquire, no jornalismo brasileiro (por influência do jornalismo norte-americano), conotação de um mecanismo próprio para economizar tempo e espaço, significando síntese. No entanto, José Marques de Melo sublinha que a objetividade no jornalismo contemporâneo implica em pluralidade de observação e de relato. "Em síntese: corresponde a assegurar que os acontecimentos sejam captados e reproduzidos sob diferentes ângulos, gerando distintas versões, honestamente registradas pelos seus protagonistas, privilegiando os jornalistas profissionais". (MELO, 2006, p. 49).

Barros Filho *apud* Rocha salienta que o surgimento do conceito de objetividade deu-se no bojo da supremacia do pensamento positivista, no último quarto do século XIX, nos Estados Unidos, herguindo-se de ter por objeto o que realmente é "enquanto cientificamente válido", ou seja, reduzindo a ciência ao empiricamente verificável. Desta maneira, as ciências sociais poderiam "resolver a crise do mundo moderno", oferecendo explicações baseadas em resultados "tão incontestáveis quanto os das ciências modernas", construindo assim a ideia de que a subjetividade humana seria considerada negativa.

Concomiantemente, surge a distinção entre fato e juízo de valor, entre o acontecimento a ser estudado e a opinião. Deste conceito, foram desenvolvidas, também no jornalismo, técnicas de redação no estilo impessoal, através da atribuição da informação às fontes e da crença de que a apresentação de depoimentos que configurem posicionamentos distintos e plurais sobre um único tema asseguraria a imparcialidade jornalística. Ainda que a informação captada nos veículos de comunicação não sejam "puras", como propõe a Teoria do Espelho, é pertinente salientar, em sintonia com a proposta deste trabalho, o rigor técnico o qual isto é feito dentro do programa analisado, com relação ao jornalismo contemporâneo. O que se questiona é o modo o qual este sentido é construído. As mesas-redondas promovidas dentro de *Quem Tem Razão* deveriam estar baseadas na lógica do melhor argumento, o que ocorreria se, efetivamente, os jornalistas estivessem recorrendo a uma das práticas mais representativas da ideologia da profissão: a intermediação entre o mundo e as representações sociais que os indivíduos tem dele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBEIRO, Heródoto & LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo. Produção, ética e Internet**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos. Os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.
BERGER, P. T., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995).
CÉSAR, Cyro. **Como falar no rádio: prática de locução AM e FM.** São Paulo: Paulus, 2009.
FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação, Rádio e TV no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS. Brian. **A produção social da notícia: o *mugging* dos media.** *In* TRAQUINA, Nelson. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja, 1999.
JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Ed.Contexto, 2005.
MEDITISCH, Eduardo. **Teorias do Rádio - textos e contextos.** Florianópolis: Ed. Da UFSC/Ed. Insular, 2005.
MELO, José Marques de. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
PARADA, Marcelo. **Rádio: 24 horas de jornalismo**. São Paulo: Editora Panda, 2000.
PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. Florianópolis: Insular, 2012.
PRATA, Nair (Org). **Panorama do Rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011.
RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
ROCHA, Heitor Costa Lima da. **Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia**. Estudos em Comunicação no2, 171-183 Dezembro de 2007.

TAVARES, Mariza (Org). **Manual de redação CBN**. São Paulo: Globo, 2011.
TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.